

A CONTRIBUIÇÃO DE BAKHTIN PARA O TRABALHO DE LER TEXTOS FILOSÓFICOS*

BAKHTIN'S CONTRIBUTION TO THE READING OF PHILOSOPHICAL TEXTS

Nelson Maria Brechó Silva**

André Luiz Lemos***

Reginaldo Marcolino****

RESUMO

O presente trabalho analisa em que medida alguns conceitos de Bakhtin podem contribuir para o processo de revisão de textos filosóficos. Desenvolve um paralelo entre os princípios utilizados pela filosofia para validar um discurso e o dialogismo e outros conceitos de Bakhtin que comprovem a necessidade de um olhar cuidadoso do revisor de textos perante um texto filosófico. Para tal, analisamos a exigência da racionalidade do texto filosófico, mostrando as suas características para que o revisor possa intervir respeitando e compreendendo o espaço discursivo presente nele, uma vez que, na filosofia, cada filósofo é livre para elaborar ou usar de qualquer gênero literário para sua argumentação. Assim, o revisor encontrará o ponto central da problematização proposta pelo filósofo em seu texto. Para revelar a diferença de gêneros filosóficos para um mesmo assunto, foram utilizados textos de Parmênides (530-460 a.C. – *As duas vias*), Descartes (1596-1650 – *Meditações metafísicas*: o argumento do cogito item 4) e Nietzsche (1844-1900 – *Aurora*: aforismos 2, 3, 5, 48). Com estes moderadores, o trabalho une o papel e a necessidade da filosofia em usar o dialogismo e outros conceitos de Bakhtin para dar ao revisor de textos a permissão de trabalhar no texto filosófico.

PALAVRAS-CHAVE: dialogismo; revisor; textos filosóficos.

ABSTRACT

The present work analyzes to what extent some of Bakhtin's concepts can contribute to the process of reviewing philosophical texts. It develops a parallel between the principles used by philosophy to validate a discourse and dialogism and other concepts of Bakhtin, which prove the need for a careful look by the proofreader of a philosophical text. To this end, it analyzes the requirement of rationality of the philosophical text, showing its characteristics so that the reviewer can intervene respecting and understanding the discursive space present in it, since, in philosophy, each philosopher is free to elaborate or use any literary genre for your argument. Thus, the reviewer will find the central point of the problematization proposed by the philosopher in his text. To reveal the difference in philosophical genres for the same subject, texts by Parmenides (530-460 BC – *The Two Ways*), Descartes (1596-1650 – *Metaphysical Meditations*: the argument from the cogito item 4) and Nietzsche (1844-1900) were used. – *Dawn*: aphorisms 2, 3, 5, 48). With these moderators, the work unites the role and necessity of philosophy in using dialogism and other Bakhtin concepts to give the proofreader permission to work on the philosophical text.

KEYWORDS: dialogism; reviewer; philosophical texts.

* Artigo recebido em 05/09/2024 e aprovado para publicação em 10/11/2024.

** Doutor em Filosofia pela PUC-SP e doutorando em Teologia pela mesma Universidade. Professor do Departamento de Teologia da Faculdade João Paulo II. E-mail: nelsonbrecho@yahoo.com.br.

*** Mestrando em teologia pela PUC-SP. Graduado em filosofia e teologia pela FAJE. Professor na Faculdade João Paulo II. E-mail: lemosal1976@gmail.com.

**** Doutor e mestre em teologia pela PUC-SP. Professor e coordenador do Curso de Teologia da Faculdade João Paulo II. E-mail: reginaldomarcolino@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A filosofia é a busca perene da sabedoria. É uma atividade, um exercício intelectual que valida ou não os argumentos encontrados. Adentrar o campo filosófico exige do leitor de textos determinados conhecimentos e princípios racionais, os quais a filosofia segue rigorosamente.

A filosofia é, fundamentalmente, uma modalidade de conhecimento mediante a qual pretendemos conhecer algo a respeito dos diversos aspectos da realidade, exatamente naquilo que concerne à nossa relação com o mundo no qual nos encontramos situados. Conhecer é tomar aqui num sentido bem amplo: toda representação que podemos ter, subjetivamente, da realidade que nos cerca. Filosofar é, pois, uma experiência intelectual, um exercício de nossa faculdade de pensar as coisas, de apreender os seus sentidos, de buscar a significação que elas têm para nós (Severino, 2008, p. 3).

Eles são parâmetros que estabelecem a racionalidade, a verdade e a inteligibilidade de um texto. Contudo, os textos filosóficos não utilizam o mesmo gênero para a exposição dos argumentos de seus autores. Até mesmo no campo semântico, temos dicionários próprios de alguns filósofos. Isso também ocorre ao decifrarmos as várias etapas em que um filósofo trilha seus pensamentos, podendo o que foi definido anteriormente ser empregado de outra forma/significação em outro momento autoral.

A leitura de textos científicos e filosóficos não é um procedimento espontâneo: ele exige uma intervenção mais sistemática para a decodificação do texto do que quando se trata de textos literários, nos quais a apreensão da mensagem apoia-se mais na nossa familiaridade com a linguagem coloquial e em nossa imaginação (Severino, 2008, p. 7).

Diante de tamanha responsabilidade do revisor perante os textos filosóficos, este trabalho apresenta aspectos importantes para a atividade daquele, a partir das indagações: quais tipos de formas e de conhecimentos são, necessariamente, ativados na leitura e revisão de um texto filosófico? Como estabelecer princípios reguladores para a análise de um texto filosófico, em que, muitas vezes, o filósofo utiliza-se de termos e conceitos próprios ou colhidos na experiência histórico-cultural da filosofia, que os divergem dos demais? Como encontrar e estabelecer sentido nos diferentes gêneros textuais de que os filósofos lançam mão para validarem seus pensamentos? Como alguns conceitos empregados por Bakhtin, em especial o dialogismo, podem contribuir para a tarefa de revisar um texto filosófico? Para

isso, analisaremos três partes de textos dos filósofos Parmênides, Descartes e Nietzsche; e seus gêneros textuais, construindo sistematicamente as respostas às questões apresentadas.

Autor é o agente da unidade tensamente ativa do todo acabado, do todo da personagem e do todo da obra, e este é transgrediente a cada elemento particular desta. Na medida em que nos compenetramos da personagem, esse todo que a conclui não pode ser dado de dentro dela em termos de princípio e ela não pode viver dele nem por ele guiar-se com seus vivenciamentos e ações, esse todo lhe chega de cima para baixo – como um dom – de outra consciência ativa: da consciência criadora do autor. A consciência do autor é a consciência da consciência, isto é, a consciência que abrange a consciência e o mundo da personagem, que abrange e conclui essa consciência da personagem com elementos por princípio transgredientes e a ela mesma e que, sendo imanentes, a tornariam falsa. O autor não só enxerga e conhece tudo o que cada personagem em particular e todas as personagens juntas enxergam e conhecem, como enxerga e conhece mais que elas, e ademais enxerga e conhece algo que por princípio é inacessível a elas, e nesse excedente visão e conhecimento do autor, sempre determinado e estável em relação a cada personagem, é que se encontram todos os elementos do acabamento do todo, quer das personagens, quer do acontecimento conjunto de suas vidas, isto é, do todo da obra (Bakhtin, 2003, p. 10).

1 A LEITURA DOS TEXTOS FILOSÓFICOS

O texto filosófico propõe uma tese e a defende por meio de argumentos. Ele não é um texto literário, e a elegância de estilo, além de não ser obrigatória, pode constituir uma inimiga do rigor e da precisão. A leitura de um texto filosófico exige do leitor a capacidade de analisar o texto, separar suas partes, estabelecer as relações entre elas e outros textos do mesmo autor, sintetizando as ideias.

O texto como lugar de constituição e de interação de sujeitos sociais, como evento, portanto, em que convergem ações sociais, ações por meio das quais se constroem interativamente os objetos-de-discurso e as múltiplas propostas de sentidos, como função de escolhas operadas pelos coenunciadores entre as inúmeras possibilidades de organização que cada língua lhes oferece... construto histórico e social, extremamente complexo e multifacetado (Kock, 2002, p. 9).

Para uma compreensão do texto filosófico, entre outros, o leitor deve ater-se ao levantamento de aspectos diversos (vocabulário, dados sobre o autor e situação histórica), à procura da ideia central do texto (do que trata? Qual o assunto discutido?) e à análise do desenvolvimento do raciocínio do autor (como o autor trata a ideia central?) (Folscheid; Wunenburger, 2006). Quando o leitor percebe como o autor formulou seu texto, ele entra na posse de uma estrutura lógica revelada pelo encadeamento das ideias que devem desembocar na conclusão: o entendimento do texto.

A principal fonte da filosofia, enquanto objetivação cultural, são os textos escritos pelos próprios filósofos, aqueles que construíram, ao longo da história da cultura humana, essa tradição de pensamento. São assim, fontes primárias a que devemos nos dirigir para esse diálogo, compartilhando ideias, análises e reflexões (Severino, 2008, p. 55).

O texto filosófico exige três tipos de leitura: uma leitura rápida, uma leitura aprofundada e uma leitura mista. A leitura rápida é muito mais um instrumento utilitário que uma leitura no sentido filosófico do termo. Em sentido estrito, a leitura rápida é utilizada em todos os tipos de textos para um primeiro contato com a temática do texto. Ela é a carta de apresentação das relações que serão estabelecidas entre os dois sujeitos interactantes do texto: o autor e o leitor. A função da leitura rápida é dar ao leitor o entendimento geral e amplo do texto, mas não o convida para entrar explicitamente no texto. Ela faz uma varredura superficial e imparcial do texto.

A leitura de um texto é a decodificação da mensagem de que se é portador. Trata-se, pois, de uma etapa do processo de comunicação, uma mediação da comunicação. Enquanto a escrita é o processo de codificação da mensagem, pelo autor, a leitura é o processo inverso e simétrico de decodificação da mensagem, pelo leitor (Severino, 2008, p. 11).

Já a leitura aprofundada ou leitura atenta é uma leitura mais intensa, na qual dispomos toda a nossa atenção, esquadrinhando as palavras para nelas descobrirmos as noções, as frases para evidenciarmos as teses, os parágrafos para esclarecermos os objetos de discussão, dos pressupostos, a argumentação e as implicações presentes no texto. É a leitura relacional do texto para se ter mais detalhes necessários para a compreensão e a explicação do pensamento do autor. A ambição presente na leitura atenta é vencer pouco a pouco o abismo entre a leitura e a explicação, para que a leitura aprofundada torne-se quase uma explicação instantânea, mesmo se ela é reduzida em suas dimensões e retém apenas o essencial. É nesse momento que o leitor de um texto filosófico torna-se filósofo.

Na leitura mista temos uma apreensão total do texto, pois o leitor é capaz de fazer uma interligação do texto em trabalho com outros textos, ou seja, ele cria uma interação com outros textos a partir dos elementos essenciais retirados na leitura aprofundada ou atenta (Kock; Bentes; Cavalcante, 2008). Com a leitura mista, o leitor pode transpor barreiras e elevar o pensamento filosófico na busca de uma maior compreensão de seu sentido, comparando com outros. É um exercício muito complexo que necessita, *a priori*, da leitura atenta, mas que amplia o horizonte cultural e intelectual do leitor.

Para a reflexão filosófica, o questionamento não pode ser uma entidade isolada. Um termo filosófico não é um ponto de partida dado de antemão, que impõe seus sentidos sem discussão, mas o resultado de um processo racional com seus pressupostos, suas implicações. Sintetizando, todo termo cumpre uma função no movimento do pensamento coerente. Seu sentido decorre dessa situação, e não o inverso. Jamais parte-se de um sentido, chega-se a ele. O sentido é resultado, e para se obter esse resultado é necessário ampliar a compreensão fazendo uso da leitura mista.

Todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva. É a oposição ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido. Por isso cada enunciado se caracteriza, antes de tudo, por um determinado conteúdo semântico-objetival. A escolha dos meios linguísticos e dos gêneros de discurso é determinada, antes de tudo, pelas tarefas (pela ideia) do sujeito do discurso (ou autor) centradas no objeto e no sentido. É o primeiro momento do enunciado que determina as suas peculiaridades estilístico-composicionais (Bakhtin, 2003, p. 289).

1.1 A CENA FILOSÓFICA

O princípio unificador do pensamento de Bakhtin (2003) é o princípio da intersubjetividade, em que o sujeito se constitui frente ao outro em um processo de autorreconhecimento, pelo reconhecimento desse outro em um movimento de alteridade. Assim, o dialogismo trata da cena filosófica como um lugar impregnado por conceitos ideológicos. Cabe a nós, leitores, definir como o texto filosófico emite uma voz, colocando em voga sua relação com instituições e práticas sociais que agenciam do interior a função do autor, o que denominamos referência enunciativa (Cossutta, 1994).

A referência enunciativa relaciona o texto a uma instância que o produz e que por ele responde. Isso determinará as marcas pelas quais o processo da leitura e o papel do revisor são simultaneamente definidos. Os textos filosóficos não se contentam em expor teses resultantes de conceitualizações ou argumentações niveladas e encadeadas linearmente; eles se estratificam em planos diferenciados. Para a construção desses planos múltiplos, encontramos o papel importante que cumpre a cena filosófica. Nela encontraremos as maneiras pelas quais os sujeitos põem o discurso filosófico e se põem através dele. A cena filosófica é o resultado do trabalho de escrita pela qual o filósofo representa o processo de pensamento no próprio âmago do texto. Ela é composta do conjunto das operações derivadas da estrutura enunciativa que, por variação e combinação, se enriquece consideravelmente.

Noção que, em análise do discurso, é frequentemente empregada em concordância com a de ‘situação de comunicação’. Mas, ao falar de ‘cena de enunciação’, acentua-se o fato de que a enunciação acontece em um espaço instituído, definido pelo gênero de discurso, mas também sobre a dimensão construtiva do discurso, que se ‘coloca em cena’, instaura seu próprio espaço de enunciação (Charaudeau; Maingueneau, 2006, p. 95).

Um elemento importante para o revelar da cena filosófica é o aparelho formal da enunciação¹ filosófica. Ele é a matriz que produz o conjunto de marcas textuais que revelam a presença de sujeitos falantes. O revisor deverá reconhecer as coerções que o uso das línguas naturais impõe a todo sujeito num ato de comunicação. Para tal, ele deverá observar: a) o texto se apresenta como uma polifonia enunciativa organizada em torno de uma referência constituída pelo nome próprio, pelo pronome pessoal em primeira pessoa ou pelas determinações de escolas de pensamento; b) a referência enunciativa que relaciona o texto a uma instância que o produz; c) a relação orientada entre o enunciador e o coenunciador acontece; conforme esclarece Bakhtin (2003, p. 45):

Devo identificar-me com o outro e ver o mundo através de seu sistema de valores, tal como ele o vê; devo colocar-me em seu lugar, e depois, de volta ao meu lugar, completar seu horizonte com tudo o que se descobre do lugar que ocupo, fora dele; devo emoldurá-lo, criar-lhe um ambiente que o acabe, mediante o excedente de minha visão, de meu saber, de meu desejo e de meu sentimento.

A análise cuidadosa das formas enunciativas ou de suas transformações revela-nos uma variedade de informações sobre a imagem filosófica materializada no texto ou do filósofo que transparece ou se mascara no texto. Portanto, o revisor precisa ater-se:

- a) Ao sujeito enunciador universal que reúne sob uma forma vazia todas as referências possíveis e que engloba a segunda e a terceira pessoas;
- b) Ao sujeito enunciador de referência que garante a função do autor no texto. Seu conteúdo é neutralizado, mas pode suportar remissões situacionais e biográficas. É essa função que assegura a preparação da cena filosófica e a construção do espaço textual;
- c) Ao sujeito de identificação que torna possível, na primeira pessoa, o processo de análise, pois é ao mesmo tempo forma de exposição e conteúdo exposto;

¹ A enunciação é colocar a língua em seu funcionamento por meio de um ato individual, como o que acontece no texto filosófico quando o filósofo cria sua enunciação para acentuar a manifestação de seu discurso (Benveniste, 1989, p. 82).

- d) Ao sujeito enunciador singularizado com enraizamento autobiográfico. Ele inaugura a explicitação de elementos objetivos (cronológicos, fatuais, biográficos...) ou então coloca os enunciados como correlatos de uma singularidade que se torna exemplar.

Na cena filosófica o diálogo é o espaço de interlocução. Ele fomenta uma presença ativa dos interlocutores, devido ao constante esforço da escrita e realiza todas as figuras discursivas necessárias à cena filosófica. O diálogo filosófico revela múltiplos pontos de vista. Construir o ponto de vista doutrinal por intermédio de um personagem (como muitos filósofos fizeram, como por exemplo, Platão, com o personagem Sócrates) constitui também um meio de situar sua doutrina, de introduzir uma reflexão que ultrapassa essa mera aparência construída na cena filosófica.

A cena filosófica assegura a presença do leitor, marcada em seu interior, não passivamente como aquele que só recebe a mensagem, mas ele é o ponto de ancoragem de duas funções primordiais que perfazem toda escrita filosófica: a função didática e a função pedagógica. A primeira procura provocar a compreensão, explicando, explicitando, antecipando-se às incompreensões do leitor perante a cena filosófica. Na segunda, visa-se à transformação do pensamento estendendo-se a tudo que torna possível a conversão do leitor.

Um discurso impõe sua cenografia de imediato: mas, por outro lado, a enunciação, em seu desenvolvimento, esforça-se para justificar seu próprio dispositivo de fala. Tem-se, portanto, um processo em espiral: na sua emergência, a fala implica uma certa cena de enunciação, que, de fato, se valida progressivamente por meio da própria enunciação. A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra; ela legitima um enunciado que, em troca, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cenografia da qual vem a fala é, precisamente, a cenografia necessária para contar uma história, denunciar uma injustiça, apresentar sua candidatura em uma eleição etc. (Charaudeau; Maingueneau, 2006, p. 96).

O texto filosófico faz uma integração da pluralidade dos pontos de vista à cena filosófica. Isso é possível porque a primeira pessoa, aquela que coloca no texto a referência enunciativa constante, se une à segunda, que, por sua vez, vai se transformando à medida que o movimento da convicção se desenvolve, causando sua metamorfose; contemplando assim a terceira pessoa, que constitui um lugar aberto no processo enunciativo, suscetível de acolher, sem reservas, qualquer referência ao domínio textual. O revisor deverá ficar atento à forma como as designações são operacionalizadas e as repetições criadas entre os enunciadores (Mussalim; Bentes, 2001). A articulação de uma doutrina àquilo que é decisivo em sua

constituição é certamente crucial para bem compreendê-la, como esclarece Brait (2005, p. 113):

A articulação que constitui a composição da obra, o ato de sua realização, é definida, no entanto, não autarquicamente, mas a partir da potência que é sua arquitetônica. A obra exterior está ligada ao material e ao tópico, ao conteúdo; o objeto estético está ligado à forma, tanto de composição, o que dá conta dos aspectos da textualização, como arquitetônica, que se refere à estruturação dos diversos elementos de modo integrado, não com sobreposição ou junção mecânica de partes mas como a criação de um todo integrado.

Por meio de um jogo variado de referências, o texto monta uma rede de intertextualidade, na qual poderá se construir o que Bakhtin chama de função dialógica. Ela assegura as mais variadas formas de integração textual. Inicialmente, encontramos a restituição do domínio filosófico e contextual no interior do qual a doutrina se elabora, para, em seguida, localizarmos a série de rupturas em relação às suas fontes, que validam as afirmações presentes no texto.

Caberá ao revisor recorrer a todas as formas pelas quais se efetuam formas explícitas (que podem chegar à alusão) e formas implícitas (o subentendido). Deverá compreender ao mesmo tempo quais enunciados do texto são assim atribuídos, a quem e, sobretudo, de que maneira o são. A função dialógica constrói no texto sua abertura no campo plural das posições filosóficas, um movimento de abrir e fechar em si mesma, uma vez que é o sujeito enunciator na primeira pessoa que está no centro da perspectiva e assegura a preparação do que é integrado. A cena filosófica dependerá de como cada filosofia elabora, ao nível dos conteúdos, sua própria relação com a filosofia em geral.

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar (Brait, 2006, p. 88).

2 O PAPEL DO REVISOR DIANTE DE UM TEXTO FILOSÓFICO

O texto é o espaço da encenação discursiva. Há um jogo enunciativo posto no texto a todo momento. Nele encontramos o dito e o não dito; o ato e a potência. Assim, o revisor de textos carece de ter um olhar detalhista, somado a uma exigência de conhecimentos

adquiridos previamente pela relação do sujeito com o objeto. O revisor precisa compreender o espaço linguístico em que o texto se oferece e ter a percepção clara das posições enunciativas que podem ou não assumir em sua inferência com o texto e o autor. O revisor é um leitor especializado que busca encontrar no texto um significado, uma linguagem clara e coesa para sincronizar as palavras ao entendimento do futuro leitor.

O primeiro passo do revisor diante de uma obra filosófica é fazer um apanhado geral, uma pesquisa, sobre o filósofo responsável pelo texto. Isso será de grande valia, uma vez que o revisor conhecerá a maneira como esse filósofo expõe suas ideias e como chegou a obtê-las. Em seguida, caberá ao revisor procurar o significado dos termos que desconhece; identificar os pronomes presentes nas frases e saber explicitar os nomes referenciados a eles; identificar os termos técnicos, substituindo-os por suas definições. Jamais o revisor poderá esquecer-se ou deixar passar despercebido o uso bem específico, ou melhor, mais elaborado de algumas palavras num texto filosófico. Exemplificando: ao lermos um texto de Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), encontraremos a palavra “substância”, mas ela não é usada da maneira cotidiana com a significação que referimos a ela. Por isso, a necessidade do revisor de recorrer a dicionários específicos que lhe deem a sua verdadeira definição filosófica.

Trata-se da incorporação pelo enunciador da voz ou das vozes de outro(s) no enunciado. Nesse caso, o dialogismo é uma forma composicional. São maneiras externas e visíveis de mostrar outras vozes no discurso. Isso é o que Bakhtin chama concepção estreita de dialogismo. Estreita não significa menos importante. Com esse adjetivo, o que o filósofo pretende mostrar é que o dialogismo vai além dessas formas composicionais, ele é o modo de funcionamento real da linguagem, é o próprio modo de constituição do enunciado. Essas formas de absorver o discurso alheio no próprio enunciado são a maneira de tornar visível esse princípio de funcionamento da linguagem na comunicação real (Fiorin, 2006, p. 33).

Cada texto filosófico trata de percorrer na busca da verdade o seu próprio caminho, não necessariamente novo, sob todos os aspectos, mas construído mediante um processo de investigação, que não deixa de aproveitar pistas abertas por outros. Como o revisor encontrará essas pistas? A pergunta filosófica contida nos textos é radical e universal. Nada escapa ao questionamento do pensar filosófico, e o revisor deverá ater-se a isso sempre. Em textos filosóficos, o revisor não pode eliminar a pergunta, pois isso equivale a renunciar ao propósito de filosofar.

O revisor deverá encontrar nos textos filosóficos o gênero o qual o autor utilizou para expor seus argumentos. O gênero é imprescindível na análise de um texto, uma vez que ele revela o jogo enunciativo que é posto no texto a todo momento entre: o “Eu” e o “Tu”. Ao

encontrar o gênero, o revisor formulará um processo multidimensional que articula o pensamento do filósofo em questão. Bakhtin afirma que “a riqueza e a variedade da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa” (Bakhtin, 1988, p.60). É importante distinguir os gêneros, que Marcuschi (2002, p. 27) aponta como:

Uma espécie de armadura comunicativa geral preenchida por sequências tipológicas de base que podem ser bastante heterogêneas, mas relacionadas entre si. Quando se nomeia um certo texto como ‘narrativo’, ‘descritivo’ ou ‘argumentativo’, não se está nomeando o gênero e, sim, o predomínio de um tipo de sequência de base.

Via de regra, o texto filosófico compõe-se de tese ou hipótese, argumentos, consequências, objeções e contra-argumentos, respostas às objeções, exemplos, definições e aplicação a um caso ou casos particulares. Dessa forma, o revisor deverá continuar seu trabalho por meio de uma desconstrução semântica. É preciso saber identificar cada um dos elementos do texto e, a partir daí, estabelecer uma hierarquia, uma ordem entre o que há de mais importante, o que é essencial e o que é necessário. Uma distinção que é cara dentro de um texto filosófico: separar o particular do universal; o secundário do primordial. Não é uma tarefa fácil, mas o revisor não poderá ausentar-se dela. O propósito é purificar o texto, libertando-o de todo jogo estratégico criado pela linguagem do autor. Assim, o revisor estará capacitado para concordar com o que é dito ou discordar, sabendo as razões da discordância.

Um texto é, na realidade, uma mensagem codificada sob forma linguística de um raciocínio. A redação é uma argumentação correspondente a um raciocínio, construído sobre a base do encadeamento lógico de conceitos, ideias e juízos. A leitura é o processo de decodificação da mensagem, pela captação e acompanhamento do raciocínio do autor (Severino, 2008, p. 12).

3 O REVISOR E OS VÁRIOS GÊNEROS TEXTUAIS PRESENTES NO TEXTO FILOSÓFICO

Para abordarmos o modo como o revisor trabalhará num texto filosófico, como papel regulador, utilizaremos o princípio do dialogismo e outros conceitos de Mikhail Bakhtin, juntamente com os elementos filosóficos que nos garantam chegar à ontologia do texto. Partiremos de um comum argumento filosófico, existente em três autores e seus respectivos gêneros textuais: Parmênides (530-460 a.C. – *As duas vias*), Descartes (1596-1650 –

Meditações metafísicas: o argumento do cogito item 4) e Nietzsche (1844-1900 – *Aurora*: aforismos 2, 3, 5, 48). Esses filósofos e seus respectivos textos abordam o mesmo assunto, porém utilizam-se de gêneros textuais diferentes (Marcondes, 2005).

Nosso propósito é auxiliar o revisor a encontrar neles o mesmo objeto ontológico, por meio de um olhar filosófico e especulativo. A problemática está embasada num olhar que não pode estar formatado e nem mesmo acabado sobre todos os textos filosóficos, devido à liberdade de gêneros segundo a qual cada autor cria ou a ela recorre (Bunnin; James, 2002). Em Parmênides (2002), na obra intitulada *Da natureza*, encontramos toda sua teoria sobre a ontologia e a cosmologia postulada em poemas. Na obra *Meditações metafísicas*, do filósofo René Descartes (2005), temos um texto lógico, com regras metodológicas próprias do autor e com princípios fundamentais de um trabalho acadêmico, ou seja, dissertativo. O filósofo usa da definição racional para chegar à ontologia por meio de uma hierarquia argumentativa na premissa da dúvida cética. Com Nietzsche (2004), na obra *Aurora*: reflexões sobre os preconceitos morais, encontramos um tratado sobre a ontologia escrito em aforismos. Um gênero mais aberto ao retoque do revisor; contudo, chama a atenção o jogo linguístico e a busca de uma coesão e uma coerência que revelam a intenção do filósofo na escolha desse gênero.

A forma não pode ser entendida independente do conteúdo, mas não pode ser independente da natureza do material e dos procedimentos por ele condicionados. Ela é condicionada a um dado conteúdo, por um lado, e à peculiaridade do material e aos meios de sua elaboração por outro (Bakhtin, 2003, p. 179).

As relações dialógicas são irredutíveis às relações lógicas ou às concreto-semânticas que por si mesmas carecem de momento dialógico. Devem personificar-se na linguagem, tornar-se enunciados, converter-se em posições de diferentes sujeitos expressos na linguagem para que entre eles possam surgir relações dialógicas, que, consoante Bakhtin, na ótica de Brait (2006, p. 13):

São absolutamente impossíveis sem relações lógicas e concreto-semânticas, mas são irredutíveis a estas e têm especificidade própria. Para se tornarem dialógicas, as relações lógicas e concreto-semânticas devem, como já dissemos, materializar-se, ou seja, devem passar a outro campo da existência, devem tornar-se discurso, ou seja, enunciado e ganhar autor, criador de dado enunciativo cuja posição ela expressa.

O revisor carecerá de estabelecer os princípios reguladores para análises desses textos, uma vez que cada um dos três filósofos em questão possui um vocabulário específico. Terá de adentrar o campo filosófico para encontrar a chave de leitura, a fim de que ele não emita no

ato de sua participação no texto seus próprios juízos de valor igualitários aos três textos. O texto é uma obra de arte que dialeticamente transita pelo autor, pelo revisor e pelo leitor.

Compreender é participar de um diálogo com o texto, mas também com seu destinatário, uma vez que a compreensão não se dá sem que entremos numa situação de comunicação, e ainda com outros textos sobre a mesma questão. Isso quer dizer que a leitura de uma obra é social, mas também individual. Na medida em que o leitor se coloca como participante do diálogo que se estabelece em torno de um determinado texto, a compreensão não surge da sua subjetividade. Ela é tributária de outras compreensões. Ao mesmo tempo, como o leitor participa desse diálogo mobilizando aquilo que leu e dando a todo esse material uma resposta ativa, sua leitura é singular (Fiorin, 2006, p. 6).

4 DIALOGISMO E FILOSOFIA: ELEMENTOS INTEGRANTES PARA A REVISÃO DE UM TEXTO FILOSÓFICO

O dialogismo é um princípio constitutivo da linguagem e da cognição. Utilizando-se dessa ferramenta textual, o revisor compreenderá as necessidades presentes num texto filosófico, que a todo momento tenta romper com a experiência sensível e imediata. Ao revisor caberá a tarefa de compreender a problemática das relações entre o “Eu” e o “Tu” nos processos sociodiscursivos, que denominamos dialogismo, a fim de que ele construa um diálogo com o texto filosófico e, assim, possa pelo discurso introdutório de outros chegar a manipulá-lo e a operá-lo com suas técnicas linguísticas.

Todos os enunciados no processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos. Neles, existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro. Isso quer dizer que o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio. O dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados (Fiorin, 2006, p. 19).

A leitura do texto filosófico não é espontânea, ela exige uma apreensão da mensagem que está apoiada na familiaridade do leitor com o conjunto de signos linguísticos, que são fornecidos pelo autor, com a linguagem coloquial e sua capacidade de associação. O texto filosófico exige um relacionamento dialógico entre a leitura do texto em voga e o intercâmbio com a tradição filosófica. Para tal, o revisor deverá recorrer às fontes primárias, ou seja, aos escritos anteriores do filósofo em questão. Depois, deverá fazer uma ponte entre o filósofo e os outros pensadores que interpretaram e comentaram as obras do filósofo trabalhado. Assim,

o revisor terá diferentes pontos de vista e vários enfoques do diálogo entre o filósofo e seus estudiosos. Temos aqui uma construção social do saber, que é a grande arma do dialogismo.

Muitas vezes, temos a incorporação feita pelo enunciador de vozes de outros em seu enunciado – esse é o segundo conceito do dialogismo de Bakhtin. Para ele existem duas formas de se fazer isso: pelo discurso objetivado e pelo discurso bivocal. O primeiro trata de um discurso aberto, em que vemos nitidamente o citado e o citante. O outro trata da não separação nítida do enunciado citante e do citado. Dentro do espaço filosófico essa questão muitas vezes torna arriscado para o leitor, em primeira mão, saber se as palavras são diretamente do filósofo ou se ele tomou posse de outro. É difícil perceber porque o gênero literário é aberto, não há exigências no discurso filosófico.

Sabemos que cada filósofo escreve dentro de seu tempo, questionando, problematizando e criticando a realidade que estava obscura, que não tinha se revelado. A presença do outro e o querer revelar-lhe os grilhões pelos quais ele está aprisionado fazem parte da natureza do filósofo. Ele se vê num processo mediatizado pela realidade, pela linguagem e pelo outro.

Todo enunciado é dialógico. Portanto, o dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado. Todo enunciado constitui-se a partir de outro enunciado, é uma réplica a outro enunciado. Portanto, nele ouvem-se sempre, ao menos, duas vozes. Mesmo que elas não se manifestem no fio do discurso, estão aí presentes. Um enunciado é sempre heterogêneo, pois ele revela duas posições, a sua e aquela em oposição à qual ele se constrói. Ele exige o direito e seu avesso (Fiorin, 2006, p. 24).

O terceiro elemento do dialogismo de Bakhtin é o conjunto das relações sociais das quais o sujeito participa: “O princípio geral do agir é que o sujeito age em relação aos outros; o indivíduo constitui-se em relação ao outro. Isso significa que o dialogismo é o princípio de constituição do indivíduo e o seu princípio de ação” (Fiorin, 2006, p. 55).

Para ajudar no trabalho do revisor, precisamos conhecer o gênero textual do autor. Conforme Bakhtin, o gênero é rico e caro demais graças às suas propriedades. Ele cumpre o papel de delimitar traços comuns. Interessam ao autor as propriedades formais dos gêneros, ou seja, o vínculo que existe entre a utilização da linguagem e a atividade humana; e como os enunciados são vistos no processo interacional.

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa (Bakhtin, 1988, p. 279).

O gênero revela a linguagem social do autor, permeada por enunciados concretos, mostra como ela é introduzida. Por isso, quando um filósofo se propõe a escrever sobre um tema, na realidade ele não está dando ao tema uma especificidade, pelo contrário, com o tema o horizonte de possibilidades discursivas abre-se, dando espaço a um domínio de sentido do qual o gênero se ocupará (Dionísio; Machado; Bezerra, 2002). Por isso, Bakhtin afirma a necessidade na relatividade estável dos enunciados, ou seja, é preciso considerar a historicidade dos gêneros, o que sempre acarreta mudanças. Caso o revisor não veja a estabilidade e a instabilidade, a permanência e a mudança que se unem ao gênero, ele não conseguirá reconhecer as propriedades comuns que formam o corpo do texto (Malta, 2000). Sendo assim, uma leitura bem delicada, como propusemos anteriormente, é a chave para definir o gênero presente no texto filosófico, dando sentido às correlações entre as formas e as atividades, pois pelo gênero apreendemos a realidade material do texto.

O gênero somente ganha sentido quando se percebe a correlação entre formas e atividades. Assim, ele não é um conjunto de propriedades formais isolado de uma esfera de ação, que se realiza em determinadas coordenadas espaço-temporais, na qual os parceiros da comunicação mantêm certo tipo de relação. Os gêneros são meios de aprender a realidade. Novos modos de ver e de conceptualizar a realidade implicam o aparecimento de novos gêneros e alteração dos já existentes. Ao mesmo tempo, novos gêneros ocasionam novas maneiras de ver a realidade. A aprendizagem dos modos sociais de fazer leva, concomitantemente, ao aprendizado dos modos sociais de dizer, os gêneros. Mesmo que alguém domine bem uma língua, sentirá dificuldade de participar de determinada esfera de comunicação se não tiver controle do(s) gênero(s) que ela requer (Fiorin, 2006, p. 69).

CONCLUSÃO

O presente artigo apresentou diretrizes para analisarmos as relações existentes entre o dialogismo e outros conceitos de Bakhtin, com as ferramentas filosóficas do conhecimento, para que o revisor possa intervir em um texto filosófico, respeitando sua sacralidade e compreendendo o espaço discursivo presente nele. Assim, constatamos a necessidade de situar o gênero literário presente na obra, de modo que o revisor possa dialogar com as técnicas devidamente apropriadas à análise e interpretação coesa. Disso resulta a riqueza entre delimitar o texto filosófico no intuito de ver o seu contexto histórico-cultural. Para tanto, o revisor consegue alargar os seus horizontes no sentido de comentar e explicar o texto, visto que passa a assimilar claramente e com maior domínio o conceito filosófico.

Realçamos a importância do estudo e do aprendizado da filosofia no auxílio à leitura, reflexão e revisão de um texto filosófico. Por meio de algumas práticas e técnicas de trabalho

intelectual, de natureza didático-científica, mostramos a pedagogia existente nos textos filosóficos; apontamos os elementos que auxiliarão o revisor frente ao vocabulário filosófico e as diferentes visões de mundo que os textos oferecem. Desenvolvemos um paralelo entre os princípios utilizados pela filosofia para validarem um discurso e o dialogismo, que comprovam a necessidade de um olhar cuidadoso do revisor perante a obra.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo: UNESP, 1988.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães *et al.* Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 82.

BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

BRAIT, Beth. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.

BUNNIN, Nicholas; JAMES, E. P. Tsui. **Compêndio de filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2006.

COSSUTTA, Frédéric. **Elementos para a leitura dos textos filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

DESCARTES, René. **Meditações metafísicas**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FOLSCHIED, Dominique; WUNENBURGER, Jean-Jacques. **Metodologia filosófica**. Tradução de Paulo Neves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore G. Villaça; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MALTA, Luiz Roberto. **Manual do revisor**. São Paulo: Masdras, 2000.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

MARCUSCHI, L. A. A. **Produção Textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. v 1.

NIETZSCHE, Friedrich. **Aurora**: reflexões sobre os preconceitos morais. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PARMÊNIDES. **Da natureza**. Tradução de José Trindade Santos. São Paulo: Loyola, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Como ler um texto de filosofia**. São Paulo: Paulus, 2008.